

Novos horizontes na tradução e na interpretação de Max Weber?: uma entrevista com Joaquín Abellán

New horizons in the translation and interpretation of Max Weber?: An Interview with Joaquín Abellán

Cristiano das Neves Bodart 

Doutor em Sociologia – USP

Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Brasil

cristianobodart@gmail.com

Resumo

A entrevista com Joaquín Abellán, professor da Universidade Complutense de Madri e tradutor destacado de Max Weber para o espanhol, analisa erros comuns nas traduções tradicionais de seus textos, especialmente na América Latina. Abellán destaca a necessidade de revisões filológicas baseadas na edição crítica (Max Weber Gesamtausgabe), apontando problemas conceituais que distorcem o pensamento de Weber. Ele critica, por exemplo, a tradução de *Beruf* como “vocação” e de *Herrschaft* como “dominação”, além de questionar a interpretação usual da “democracia plebiscitária” como forma autoritária. Segundo Abellán, Weber se referia a mudanças nos partidos políticos, e não à defesa de regimes personalistas. A entrevista também aborda o papel de Marianne Weber na edição póstuma de *Economia e Sociedade*, a difusão internacional da obra e a influência de Talcott Parsons. Abellán propõe traduções mais fiéis ao original e defende uma leitura crítica, precisa e contextualizada de Weber, contribuindo para a renovação dos estudos sobre o autor.

Palavras-chave: Max Weber; tradução; democracia plebiscitária; interpretação crítica; teoria social.

Abstract

*The interview with Joaquín Abellán, teacher at the Complutense University of Madrid (Universidad Complutense de Madrid) and a prominent translator of Max Weber into Spanish, analyzes common errors in traditional translations of his texts, especially in Latin America. Abellán emphasizes the need for philological revisions based on the critical edition (Max Weber Gesamtausgabe), pointing out conceptual problems that distort Weber's thought. He criticizes, for example, the translation of *Beruf* as “vocation” and *Herrschaft* as “domination,” and also questions the usual interpretation of “plebiscitary democracy” as an authoritarian form. According to*



doi: 10.28998/lte.

Artigo licenciado sob a [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 24/07/2025

Aceito em: 03/09/2025

Publicado: 20/10/2025

e-Location: 19925

*Abellán, Weber was referring to changes in political parties, and not to the defense of personalist regimes. The interview also addresses Marianne Weber's role in the posthumous edition of *Economy and Society*, the international dissemination of the work, and the influence of Talcott Parsons. Abellán proposes translations that are more faithful to the original and advocates for a critical, precise, and contextualized reading of Weber, contributing to the renewal of studies on the author.*

Keywords: *Max Weber; translation; plebiscitary democracy; critical interpretation; social theory.*

Novos horizontes na tradução e na interpretação de Max Weber?: uma entrevista com Joaquín Abellán

Cristiano Bodart: *Para começar esta entrevista, o senhor poderia nos contar um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e intelectual? Como chegou a se dedicar à tradução das obras de Max Weber?*

Joaquín Abellán: A minha trajetória universitária foi variada, ainda que dentro de áreas afins. Primeiro estudei Filosofia e Letras, depois Ciências Políticas e Sociologia e, por fim, Direito, obtendo três graduações. Durante um tempo, trabalhei na Administração Pública, na Presidência do Governo, em um cargo obtido por concurso público.

Após alguns anos, decidi me dedicar exclusivamente à universidade, na Universidade Complutense. Ao longo da minha carreira acadêmica, fui progredindo em diferentes níveis até alcançar a cátedra na Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia. Os meus estudos e as minhas pesquisas sempre estiveram relacionados ao pensamento alemão e à história da Alemanha.

A minha tese de doutorado foi sobre Wilhelm von Humboldt, focando não apenas em sua abordagem educacional, mas especialmente em sua concepção do Estado, sua crítica ao absolutismo e suas propostas político-constitucionais para a Prússia. Humboldt foi inicialmente responsável pela área de Educação e fundou a universidade que hoje leva seu nome. Mais tarde, como ministro de Assuntos Constitucionais, elaborou um projeto de constituição representativa para a Prússia, que acabou não sendo implementado devido à sua destituição após desentendimentos com o chanceler Hardenberg.

Comecei a tese na Alemanha, com uma bolsa do DAAD, na Universidade de Freiburg (Freiburg im Breisgau), no sudoeste do país, sob a orientação do professor Wilhelm Hennis, um cientista político que faleceu há alguns anos. Hennis, professor de Ciência Política e História das Ideias Políticas, dedicou-se nos últimos anos de sua vida ao estudo aprofundado da obra de Max Weber. Segui, em parte, o caminho que vi nele. Ao me concentrar em Max Weber, a primeira coisa que fiz foi começar a traduzir alguns de seus escritos. Embora alguns já estivessem em espanhol, considerei que era possível melhorar as traduções para torná-las mais fiéis aos textos originais.

A obra de Weber teve uma enorme recepção mundial, mas sua interpretação deu origem a certas abordagens que, com o tempo, me pareceram inadequadas. Especialmente nos últimos anos, percebi com mais clareza como algumas interpretações – sobretudo no que diz respeito a seus escritos políticos e à sua sociologia política – geraram uma visão estereotipada com a qual não concordo. Por isso, recentemente, venho me dedicando a questionar essas leituras, oferecendo novas traduções ou explicações alternativas. Foi assim que comecei a trabalhar com Weber, sem deixar de lado minha atuação como professor de História da Teoria Política. Weber está naturalmente presente nos temas e, sobretudo em uma faculdade de Ciências Políticas e Sociologia, é muito estudado e citado, mas acredito que ainda persistem perspectivas analíticas que considero inadequadas.

Com Weber, talvez a primeira coisa que fiz foi a tradução de *A ética protestante* em 2001. Depois vieram outras traduções; *A ética protestante* foi reimpressa várias vezes, e em 30 de janeiro de 2025 saiu a sua terceira edição, após múltiplas reimpressões. Ou seja, já faz quase 30 anos que publico sobre Weber.

Cristiano Bodart: *O que motiva a retradução dos textos de Max Weber para o espanhol, considerando que já existem versões traduzidas nesse idioma?*

Joaquín Abellán: Sim, como mencionei antes, percebia que as traduções feitas na Espanha, no México ou na Argentina, por exemplo, não estavam atualizadas. A grande obra *Economia e Sociedade* foi traduzida para o espanhol no México, pelo

Fundo de Cultura Econômica, em 1944, mas a edição alemã das *Obras Completas de Weber* apresentou esse texto de uma forma muito diferente da edição publicada na Alemanha em 1921-1922, que passou por várias edições e acréscimos posteriormente. A edição alemã atual mudou completamente o que conhecíamos como *Economia e Sociedad* (*Wirtschaft und Gesellschaft*).

Quanto à tradução para o espanhol, eu sentia que não conseguia compreender o próprio texto. Percebi que, por exemplo, não entendia bem a diferença entre a ação racional com relação a fins e o outro tipo de ação que Weber denomina *wertrational*. Em torno desse termo/conceito, creio que houve muitas interpretações que não correspondem ao que Weber realmente diz em *Economia e Sociedad* ou em outras obras às quais recorri para compreendê-lo melhor.

Foi assim que comecei a traduzir alguns de seus escritos: primeiro, capítulos de *Economia e Sociedad*, e depois outros textos relacionados, sobretudo, com sua concepção da ciência social, a objetividade do conhecimento e a razão pela qual essa disciplina não pode emitir juízos de valor nem fundamentar valorações. Também trabalhei em seus escritos políticos, especialmente alguns que ainda não estavam traduzidos, redigidos nos últimos anos de sua vida. Entre eles, sua crítica à *Constituição do Deutsches Reich*, o Estado alemão unificado entre 1871 e 1918, e suas propostas para o que poderia ser a Constituição da República de Weimar.

É nesse tema que vi mais interpretações infundadas, que não correspondem aos textos de Weber. Criou-se uma imagem de Weber como um antiliberal e antiparlamentar. E acredito que há uma confusão profunda nesse ponto, que talvez possamos discutir. Por exemplo, o seu escrito sobre o presidente da república foi interpretado de uma maneira que ignora o que Weber realmente está propondo. Daí surgiu essa ideia exagerada do “líder carismático”, mas não encontro em seus textos o que muitos afirmam que Weber escreveu sobre esse conceito e seu contexto histórico (Weber morreu em junho de 1920).

Esse tem sido o meu esforço nos últimos anos: tentar esclarecer e explicar essa questão. Nesse sentido, acredito que tenho trazido uma contribuição importante – claro, sujeita à discussão. Já publiquei alguns trabalhos a respeito e espero que

tenham difusão. Para mim, a interpretação habitual da “democracia plebiscitária” em Weber é equivocada. Não acredito que Weber a compreenda da forma como normalmente é divulgada – inclusive no Brasil. Lembro que um professor de Sociologia de Hamburgo (Stephan Breuer) esteve há alguns anos em conferências no Brasil, onde apresentou um artigo em alemão que depois foi publicado em português. Discordo completamente da oposição que ele faz entre “democracia plebiscitária” e “democracia representativa”, porque a democracia plebiscitária, afirmo eu, está situada em Weber em um nível diferente do de uma forma de Estado ou de governo.

Tudo isso me levou a traduzir mais alguns textos, em busca de esclarecimento.

Cristiano Bodart: *O senhor poderia destacar os aspectos centrais da sua revisão das traduções das obras de Weber? Em que pontos suas versões diferem das anteriores?*

Joaquín Abellán: Basicamente, acredito que os conceitos ou termos que traduzi de outra forma, bem como as explicações que ofereci, são bastante diferentes do que é habitual em espanhol. Além disso, vejo que isso também acontece nas edições francesas e, pelo que observei, nas versões em português.

Isso tem a ver, por exemplo, com conceitos como *Beruf* (a política como *Beruf*, a ciência como *Beruf*). Normalmente, em espanhol, tem-se traduzido como “vocação” – “A ciência como vocação” e “A política como vocação”. Eu aprofundei a explicação desse termo e propus uma alternativa, porque acredito que o sentido do conceito se orienta mais para a ideia de “profissão”, de trabalho, de atividade laboral. Por isso, considero mais adequado traduzi-lo como “a política como uma atividade”, “a atividade política” (a profissão de político), ou da mesma forma “a ciência como profissão”, ou seja, como a atividade do cientista.

Evidentemente, ao tratar da atividade que constitui a profissão do cientista ou do político, surgem nuances relacionadas à concepção que Weber tinha de *Beruf*. Ele explica em vários escritos – especialmente em *A ética protestante e o “espírito” do*

capitalismo – que se trata de uma profissão, um trabalho, uma ocupação, com certos aspectos que poderíamos qualificar como de ressonância religiosa. Segundo Weber, esse era o conceito presente entre os protestantes: *Beruf* como a realização de uma atividade em resposta a um chamado divino, ou seja, o trabalho como uma atividade agradável aos olhos de Deus. Esse conteúdo, de fato, está vinculado, segundo ele, à tradição protestante e à sua maneira de entender o trabalho, a profissão e a vida no mundo – distinta da visão católica.

Preciso admitir que, quando falo em minhas aulas sobre “política como profissão”, nem sempre tenho êxito, porque a denominação “vocação” está muito difundida. Em espanhol – e creio que em português acontece algo semelhante – “vocação” normalmente entendemos como uma disposição ou inclinação para exercer uma profissão ou um trabalho pelo qual nos sentimos especialmente atraídos. E esse, no entanto, não é o ponto central de *Beruf* em Weber, como ele explica em *A ciência como profissão* (1917). Em nosso idioma, costumamos restringir a ideia de vocação profissional a expressões como “gosto da minha profissão”, “sinto-me motivado com o meu trabalho”. Também falamos de profissões especialmente vocacionais, como ser padre ou médico – isto é, profissões que requerem uma entrega ou dedicação especial.

No entanto, ao falar da ciência social e da política, Weber está tratando de em que consistem essas atividades e quais são os seus limites. No caso da ciência social, o limite é que ela não pode estabelecer juízos de valor, pois sua função é explicar um fenômeno social: porque ocorreu de determinada forma e não de outra, quais foram suas causas ou motivos e quais foram suas consequências. No caso da política, o limite está no fato de que o político não deve esquecer que desempenha uma atividade de luta pelo poder em nosso mundo – um mundo que, para Weber, não é racional do ponto de vista moral – e a política é uma atividade que utiliza a força; ou seja, o guia do político não pode ser de convicções de caráter absoluto que aspire a realizar-se “aconteça o que acontecer”.

Tenho refletido bastante, especialmente nos últimos anos, sobre os limites que Weber impõe à ciência social. Para ele, a análise social, a análise histórica, não

pode fundamentar, a partir da análise empírica da realidade, as valorações morais, filosóficas ou, em geral, os chamados juízos de valor. Por isso, é fundamental que esses conceitos sejam corretamente compreendidos. É por isso que dei tanta importância ao tema da objetividade e a outros escritos metodológicos de Weber sobre a diferença entre, por um lado, a análise e a explicação científico-social e, por outro, a formulação de juízos de valor.

Alguns desses textos já estavam traduzidos, por exemplo, na Argentina, mas nas minhas traduções precisei me distanciar deles em alguns pontos fundamentais.

Outro conceito no qual acredito ter contribuído é o de “tipos ideais”, um tema inevitavelmente presente na obra de Weber. No entanto, não encontrei uma definição de “tipo ideal”, que considere certos trechos em que o próprio Weber oferece uma definição do termo. Ao falar de tipos ideais, costumo dizer expressamente que “tipos ideais” é o termo que Weber utiliza para os conceitos das ciências sociais, ou seja, para as construções teóricas e conceituais que o pesquisador utiliza. Tratam-se de conceitos elaborados de forma específica, cuja relação com a realidade é distinta da estabelecida pela filosofia ou pelas ciências naturais e que, no caso das ciências sociais, são construídos como instrumentos para a realização da investigação empírica.

É o próprio Weber que, em um trecho do artigo publicado na revista *Logos* (1917), escreve que chama esses conceitos de “tipos ideais”, mas que poderia ter lhes dado outro nome. Continuamos utilizando o termo “tipo ideal” porque foi o nome que ele deu, mas, essencialmente, trata-se das conceitualizações, das categorias conceituais das ciências sociais. Esses trechos aos quais me refiro não costumam ser mencionados nem considerados, e eu os coloquei em primeiro plano.

Cristiano Bodart: *Traduções imprecisas podem levar a interpretações equivocadas. Na sua opinião, isso aconteceu com o pensamento de Max Weber?*

Joaquín Abellán: Sim, sobretudo porque, para mim, já existe um problema de base: o conceito de “democracia plebiscitária” está na origem de muitas

interpretações que considero completamente inadequadas, mas esse é um problema recorrente na história dos conceitos.

Parte da minha pesquisa tem se concentrado justamente nisso, na história dos conceitos, e, concretamente, trabalhei alguns deles. Publiquei em espanhol, pela Alianza Editorial, estudos sobre a história dos conceitos de democracia, política, Estado e soberania, de nação (na Alemanha, na Inglaterra e na França). Atualmente, estou preparando um estudo sobre o conceito de nação na Espanha, que será publicado em um volume separado. Na história dos conceitos, pude constatar que é comum muitos autores se apropriarem de um termo ou palavra da tradição ou de outros autores, mas atribuindo a eles um significado ou conteúdo semântico diferente do que aquele autor (ou período histórico) originalmente dava. Acredito que é exatamente isso que aconteceu com o termo “democracia plebiscitária”.

Tem sido muito comum interpretar Weber em relação à “democracia plebiscitária”, ao “líder carismático” e tudo mais, seguindo a linha de Carl Schmitt, que, na verdade, teve pouquíssimo contato pessoal com Weber – apenas um seminário na Universidade de Munique. No entanto, parece claro que Schmitt não tinha nada a ver com o pensamento de Weber; na verdade, ele era contrário a ele. A palavra usada por Schmitt não guarda nenhuma relação com o sentido e o conteúdo semântico que Weber lhe atribuía.

Esse tem sido o tema sobre o qual mais tenho refletido recentemente. Ou seja, diante de toda uma tradição que já dura décadas – e que remonta a Wolfgang Mommsen, no fim dos anos 1950 e no início dos anos 1960 –, minha posição é que a “democracia plebiscitária” não é um tipo de democracia oposta à representativa ou a outras formas de democracia, como já aponte antes.

O próprio Weber, em *A política como vocação* – conferência proferida para estudantes da Universidade de Munique em janeiro de 1919 e publicada na primavera do mesmo ano, com o título *Politik als Beruf* –, utiliza o termo “democracia plebiscitária” para se referir ao fenômeno da transformação dos partidos políticos ao longo do século XIX e o início do século XX. Essa transformação

consistiu na evolução dos partidos rumo a estruturas organizadas e centralizadas, com sua própria burocracia e líderes. Esse processo de mudança é o que Weber denomina “democracia plebiscitária”.

O curioso é que em *A política como vocação* há um trecho em que, após falar sobre esse fenômeno histórico e sociológico de transformação dos partidos, Weber escreve que esse fenômeno é “dito com outras palavras, a introdução da democracia plebiscitária”. Nessa obra, ele analisa esse processo de transformação dos partidos, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Explica que, em meados do século XIX – e nos Estados Unidos, até um pouco antes –, os partidos, com seus líderes e estruturas burocráticas, tornaram-se o centro da política, deslocando aqueles que haviam dirigido a política até então. Nas décadas anteriores, após a consolidação dos Estados constitucionais e depois das revoluções francesa e norte-americana, os principais atores políticos eram os deputados parlamentares (em conexão com os “notáveis” de seus respectivos distritos eleitorais). Esses deputados, ainda sem uma organização centralizada, eram eleitos em distritos pequenos (e por um número reduzido de eleitores). No caso da Inglaterra e dos Estados Unidos, eram, então, os próprios parlamentares que dirigiam e estabeleciam a política (em ligação com as elites locais).

A grande mudança ocorre quando os partidos se transformam em estruturas mais organizadas e passam a ter um papel central. A partir de então, são os partidos e seus líderes que comandam a política e exercem autoridade sobre seus próprios parlamentares. Esse é o ponto-chave. E isso é o que tem acontecido – e continua acontecendo – há mais de um século: embora a atividade legislativa ocorra no parlamento, a direção política já não está mais nas mãos dos próprios parlamentares, mas dos partidos, por meio dos quais os cidadãos elegem seus representantes.

É a isso que Weber chama de “democracia plebiscitária”. Para ele, esse é o caso mais significativo de “poder plebiscitário”. E “poder plebiscitário” é, para Weber, um tipo de poder que combina elementos do poder carismático com o poder legal/racional. Weber considera como exemplos de “poder plebiscitário” tanto

aquilo que ocorre nos partidos modernos desde então – ou ocorria em sua época – quanto certas formas de Estado, nas quais existiram chefes de Estado cujo poder combinava o legal/racional com o carismático. Ele menciona, por exemplo, os Napoleões na França (cesarismo ou bonapartismo), em que se combinava a eleição pelos cidadãos com a concentração do poder, subvertendo o princípio democrático para, no fim das contas, governar de forma autoritária, legitimando suas decisões por meio de plebiscitos.

Para mim, o grande erro em torno desse conceito foi entender “democracia plebiscitária” como uma espécie de democracia direta, ou uma democracia baseada no carisma pessoal do líder, quando na verdade Weber está se referindo à transformação moderna dos partidos. Em outras palavras, a “democracia plebiscitária” é, na verdade, o fenômeno da transformação dos partidos que ocorreu na Inglaterra. Essa transformação foi acelerada, sobretudo, com a reforma eleitoral de 1867-1868, e nos Estados Unidos ocorreu ainda antes, desde a época de Andrew Jackson (sétimo presidente dos EUA, de 1829 a 1837), na segunda década do século XIX, entre 1820 e 1830.

Desculpe insistir, mas acho isso muito importante: se Weber estuda a “democracia plebiscitária” em dois tipos diferentes de Estado, não se pode interpretá-la como uma democracia direta ou como um regime em que uma única pessoa concentra todo o poder. O fato de esse fenômeno ter ocorrido em dois sistemas de governo distintos – uma república presidencialista e uma monarquia parlamentar – demonstra que o seu significado está em outra dimensão. E, até onde sei, nunca vi isso sendo apresentado dessa forma por ninguém. E é o próprio Weber quem afirma – e repito textualmente –: “esse fenômeno é, dito com outras palavras, a introdução da democracia plebiscitária”. Ou seja, a introdução dos novos partidos, inclusive em dois sistemas políticos distintos.

Weber destacou um fenômeno que continua atual no que diz respeito à centralidade dos partidos políticos. Os partidos modernos são os que dominam a política hoje. Quando há eleições parlamentares ou presidenciais, são os líderes e os partidos que elaboram as listas de candidatos, conduzem as campanhas eleitorais e, em última

instância, promovem alguém para ser chefe de governo – no caso de uma monarquia parlamentar – ou presidente, em uma república presidencialista.

Cristiano Bodart: *Weber se tornou um clássico da Sociologia em nível mundial, em parte graças à tradução de suas obras para diversos idiomas. Além da qualidade de seus trabalhos, que outros fatores contribuíram para a sua difusão internacional?*

Joaquín Abellán: Acredito que isso se deve ao fato de Weber ter sido um dos primeiros a introduzir a sociologia – ou seja, um estudo da sociedade e da história realizado de uma forma diferente daquela que existia até então, com um tipo específico de conceitos: os chamados tipos ideais. Esses são os conceitos das ciências sociais, que não funcionam como os da filosofia nem como os das ciências naturais. Eles possuem uma “objetividade” – sempre entre aspas – relativa, tanto em função da natureza de seu objeto de estudo quanto da forma como são construídos.

Além disso, Weber se tornou especialmente conhecido por ocasião do centenário de seu nascimento, em um congresso realizado em 1964, na Alemanha, com especialistas do país e com muitos professores alemães que haviam se exilado nas décadas anteriores. Na ocasião, foram abordados diversos temas centrais de sua sociologia e, também, se difundiu a tese de que os escritos de Weber teriam, de alguma forma, preparado os alemães para aceitarem o autoritarismo que culminou na catástrofe do nacional-socialismo. Agora, você me pergunta: como tudo isso foi relacionado a Weber? Teria sido por seu conceito de carisma? Ou por suas propostas sobre a presidência da futura república?

Resumidamente: no que diz respeito à sua proposta sobre o presidente da república, há dois textos fundamentais. Um muito breve, de fevereiro de 1919, sobre o presidente do *Deutsches Reich*, logo após a Assembleia Constituinte de Weimar eleger o primeiro presidente da república (Friedrich Ebert, do partido SPD). Esse texto é quase um resumo de um texto mais extenso escrito por ele em 1918, após o fim da guerra e com os olhos voltados para o futuro imediato. Nesse texto, Weber propunha uma mudança fundamental em relação ao sistema político

anterior: ele defendia uma república, pois acreditava que a monarquia não servia mais para o futuro, e acreditava que a república deveria ter um presidente eleito por todos os cidadãos (sufrágio universal masculino e feminino).

Por que essa preferência? Weber analisou várias opções para a forma de escolha do presidente: uma presidência federal, como a da Suíça; uma presidência eleita pelas câmaras parlamentares, como na Terceira República Francesa; ou um presidente eleito diretamente pelos cidadãos – hipótese pela qual ele optava. Um dos erros de interpretação é supor que, porque Weber defendia um presidente eleito diretamente pelos cidadãos e não pelo parlamento, ele queria eliminar o parlamento. Nada mais distante da verdade. Para ele, deveria haver duas câmaras: uma eleita por sufrágio universal, como mencionei, e uma câmara federal, representando os *Länder*, pois ele defendia um Estado federal e democrático. Esse presidente, no entanto, deveria estar sujeito à constituição e às leis. Weber afirma isso com clareza nesses dois textos escritos após a guerra.

Por isso me pergunto: como se construiu a ideia de que Weber apoiava uma “democracia plebiscitária” que poderia levar ao totalitarismo? Já mencionei que, quando Weber fala de “democracia plebiscitária”, ele não está se referindo a uma forma de Estado ou de governo. Você percebe, Cristiano, como certos conceitos foram sendo articulados até formar uma imagem distorcida de Weber? De onde surgiu essa ideia? Seus escritos são claros – e, também, são claros os motivos pelos quais ele preferia um presidente eleito diretamente pelo povo: para que esse poder institucional servisse à unidade do novo Estado e à tarefa de reconstrução social e econômica da Alemanha após a guerra.

Quando se insiste, como crítica a Weber, que ele queria uma república presidencialista, geralmente se omite que ele também propunha um parlamento – que controlaria o governo –, ou seja, um parlamento com papel relevante, mesmo que não tivesse competência para eleger o presidente, já que este seria eleito diretamente pelos cidadãos. Em suas propostas sobre a presidência do Estado não há nada que aponte para o autoritarismo. Ele escreve que o presidente deve

cumprir as leis e ter sempre diante de si “a corda e a força”, para lembrar-se de não ultrapassar os limites de seus poderes institucionais.

É por isso que, quando sua proposta é interpretada como indicadora de uma “democracia plebiscitária” – no sentido de uma democracia direta –, ignora-se que “democracia plebiscitária” não tem nada a ver com isso, porque, como venho insistindo, para Weber esse termo não designa uma forma de Estado e nem de governo. Eu me pergunto: em que momento Weber chama de “democracia plebiscitária” a sua proposta para Weimar?

É aí que surgem muitas das confusões. Weber propunha que o presidente tivesse os poderes estabelecidos na Constituição – diretamente relacionados com a reconstrução da Alemanha –, mas sempre dentro dos limites da própria Constituição, que, para ele, estava acima dos poderes do Estado. Essa era a ideia central da Constituição de Weimar.

Cristiano Bodart: *Qual é a tradução que o senhor propôs para o termo que comumente tem sido traduzido como “dominação”?*

Joaquín Abellán: Acredito que o problema está no que entendemos, em português ou em espanhol, por “dominação”. O que chamamos de dominação?

Se me disserem que dominação é um poder com capacidade de se impor sobre outras pessoas, inclusive contra a vontade delas, então estaríamos falando de um conceito de poder que é diferente de outro: o de um poder que também se impõe sobre os outros, sim, mas que é aceito porque existe algum motivo que o justifica – e, portanto, um motivo para a obediência. São claramente dois conceitos distintos de poder. O primeiro é mais genérico e indefinido: um poder de uma pessoa que se impõe sobre outras, mas que também poderia não se impor, se assim o desejasse. Alguém tem poder hoje e se impõe, mas amanhã pode decidir não exercê-lo. É um conceito pouco preciso, variável. O segundo conceito, em contrapartida, é um poder que se impõe, mas é aceito, porque há uma razão ou um fundamento para tal

imposição e para que ela seja aceita: a relação estabelecida nesse segundo conceito oferece base para uma relação estável entre quem manda e quem obedece.

Como diferenciamos esses dois tipos de poder em português ou espanhol? Um poder que se impõe de forma arbitrária, e outro que se impõe porque existe um fundamento para o mando e a obediência – ou seja, um poder legitimado, fundamentado?

Em alemão, Weber chama de *Macht* o poder arbitrário, discricionário, que pode se impor ou não, conforme a vontade de quem o detém. Tem a capacidade de se impor, mas também de não fazê-lo. Não se estabelece uma relação de poder estável; é um poder indeterminado (“sociologicamente amorfo”, como diz Weber). Já *Herrschaft* é o nome que ele dá ao poder que se impõe e que tem uma razão ou causa para obrigar e ser aceito.

Se traduzirmos *Herrschaft* como “dominação” em espanhol (ou em português), geramos uma confusão, porque, em nossos idiomas, “dominação” geralmente se refere a um poder que se impõe sobre os outros, inclusive contra a vontade deles, de forma arbitrária ou discricionária – ou seja, que se exerce ou não conforme o desejo de quem domina. Mas isso é justamente o que Weber chama de *Macht*. Estaríamos, então, traduzindo *Herrschaft* com o conteúdo de *Macht*, ou seja, exatamente o contrário do que Weber faz.

Percebe o problema? Por isso, a minha proposta é distinguir entre esses dois tipos de poder. Tanto *Macht* quanto *Herrschaft* são formas de poder, mas *Herrschaft* implica uma relação que pode ser aceita – ou seja, trata-se de um poder fundamentado, legitimado (para mandar e para ser obedecido). E é exatamente isso que Weber faz. Por isso, proponho traduzir *Herrschaft* como “poder legítimo” (legitimado, fundamentado) e *Macht* como “poder simples”, ou seja, o poder de imposição pura e simples.

Mais ainda, em um de seus escritos publicados postumamente, Weber não fala apenas de *Herrschaft*, mas a define explicitamente como *legitime Herrschaft*, ou seja, “poder legítimo”. Com esse adjetivo, ele ressalta claramente o conteúdo

diferenciado de *Herrschaft* em relação a *Macht*: um poder que se impõe porque há um motivo que justifica a sua aceitação.

E é isso que trago na minha proposta de tradução: *Herrschaft* como poder legítimo (legitimado, fundamentado). Eu mesmo comecei utilizando a tradução tradicional – dominação, *domination*, dominação – até que a substituí pela contradição conceitual que ela encerrava.

Cristiano Bodart: *A fama de Weber tem estado muito ligada, pelo menos no Brasil, à ideia de que Marianne Weber colaborou na tradução e na difusão de seus textos. Por um lado, é inegável a qualidade de sua produção intelectual, mas, por outro, também existiu uma estrutura que facilitou a sua difusão. Quais fatores o senhor considera que contribuíram para que Weber ultrapassasse as fronteiras da Alemanha e alcançasse reconhecimento internacional?*

Joaquín Abellán: Muitos fatores contribuíram para a difusão de Weber. Por um lado, diversos alemães emigrados, especialmente judeus, o traduziram para o inglês após se estabelecerem nos Estados Unidos. E o sociólogo Talcott Parsons, por exemplo, que esteve na Alemanha no final dos anos 1920 e 1930 para realizar a sua tese de doutorado, teve um papel enorme na divulgação de Weber, oferecendo uma interpretação dele como um sociólogo funcionalista. Essa interpretação tem sido criticada com razão, assim como sua tradução – veja-se, por exemplo, as traduções para o inglês feitas por Keith Tribe.

Sobre o que você menciona a respeito de Marianne Weber: é verdade que ela preparou o livro *Economia e Sociedade* para a primeira edição (já que Weber só conseguiu revisar os quatro primeiros capítulos antes de sua morte), escreveu uma biografia de seu marido na qual foi incluindo trechos de seus escritos e sempre se preocupou em organizar os trabalhos que ele havia deixado. No entanto, como mostraram os editores das *Obras Completas* (Max Weber *Gesamtausgabe*), ela cometeu muitos equívocos, e por isso a edição atual de *Economia e Sociedade* é totalmente diferente da primeira edição alemã e das edições subsequentes, que serviram de base para traduções em outros idiomas.

A tradução espanhola publicada no México (pelo Fondo de Cultura Económica) é de 1944, e a segunda edição já se baseou na quarta edição alemã, de 1964, realizada por Johannes Winckelmann. Pelo que pude observar, os italianos já produziram uma edição diferente, e os franceses também estão começando a revisar a edição antiga. No entanto, a edição mexicana ainda não mudou, embora tenha sido complementada com extensos comentários de Gil Villegas.

Cristiano Bodart: *Como o senhor avalia a recepção atual da teoria weberiana na Espanha? Que impacto espera das introduções mais recentes, incluindo aquelas nas quais o senhor tem participado?*

Joaquín Abellán: A recepção de Weber na Espanha ocorreu não apenas por meio da edição mexicana de *Economia e Sociedade*, mas também pela mediação de autores anglo-saxões que escreveram sobre Weber. É uma pena, aliás, que não haja colaboração entre várias editoras hispano-americanas, por exemplo, para que se lançassem edições dos textos de Weber em conformidade com as Obras Completas em alemão. Teria sido muito útil coordenar esforços para revisar ao menos as obras de Weber traduzidas para o espanhol nas diversas áreas: metodologia das ciências, religião, política, por exemplo.

No mundo hispânico temos muitos textos de Weber traduzidos e reeditados repetidamente sem que essa revisão tenha sido feita – como *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, *A ciência como vocação*, *A política como vocação*, *A sociologia da religião*, além de vários escritos metodológicos e políticos. Em alguns desses casos, a tradução nem sequer foi feita diretamente do alemão. Esse era o caso, por exemplo, da edição de *O político e o cientista*, mas, na minha edição mais recente, publicada pela Alianza Editorial – uma das principais editoras da Espanha –, a tradução foi feita diretamente do texto original em alemão.

Quanto à influência que minhas edições de Weber possam vir a ter, sinceramente, não sei o que te dizer. Ficaria muito feliz se elas fossem levadas em conta e ajudassem a fomentar o debate sobre Weber. Posso te dizer, no entanto, que me deparo com frequência com o fato de que, quando explico as minhas edições de

Weber (que geralmente incluem um glossário de nomes próprios, entre outras ferramentas) ou nas minhas aulas universitárias, o quadro interpretativo de Weber já está muito cristalizado. Costuma-se repetir esse mesmo quadro em diversas áreas da obra weberiana – tanto em aspectos fundamentais de sua metodologia quanto em sua sociologia política – sem questionamentos. A mim mesmo levou certo tempo até que me sentisse à vontade para apresentar traduções e interpretações que diferem das tradicionalmente estabelecidas.

À medida que fui aprendendo melhor o idioma alemão, e tendo sido professor em Berlim durante vários semestres – o que me permitiu acessar os textos originais de Weber com mais preparo –, fui percebendo nuances que antes não enxergava nas traduções que eu mesmo utilizava. Ainda assim, continuo encontrando algumas resistências à aceitação dessas novas interpretações.

Permita-me contar uma anedota: recentemente, em uma conferência, um colega da universidade me disse: “Joaquín, você está tentando ‘limpar’ Weber”, no sentido de que meus trabalhos estariam tentando suavizar ou redimir a imagem de Weber, como se ele fosse um pensador suspeito e eu estivesse tentando absolvê-lo. Honestamente, acredito que o que faço não é “limpar”, mas trazer à tona trechos de suas obras que não foram considerados na interpretação dominante, ou revisar traduções espanholas que considero inadequadas.

Espero que colegas e leitores possam me dizer se aquilo que apresento está correto ou não – se é ou não condizente com os textos de Weber – e, caso seja, que isso sirva para mostrar que talvez seja necessário revisar a fundo o quadro analítico e interpretativo que se consolidou sobre algumas partes de sua obra.

Ao longo desta entrevista, que agradeço muito sinceramente, discutimos alguns desses casos. Muito obrigado.

Cristiano Bodart: *Muito obrigado por esta enriquecedora entrevista.*

Como referenciar este artigo

BODART, Cristiano das Neves. Novos horizontes na tradução e na interpretação de Max Weber?: uma entrevista com Joaquín Abellán. **Latitude**, Maceió, v. 19, p. 01-18, 2025. Disponível em: URL do artigo. Acesso em: dia mês abreviado ano.